



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
"MULHERES, CÊRPOS E SÓC. COMUNS"

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E ALIMENTAÇÃO: TENSÕES EXISTENTES NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM SÃO JOÃO, AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

Andrea Butto¹, Rebeca Afonso², Tainã Espindola³

¹ Doutora em Sociologia pela UFPE e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE

² Aluna do Curso de Bacharelado de Ciências Sociais da UFRPE

³ Aluna do Curso de Bacharelado de Ciências Sociais da UFRPE

RESUMO

Este trabalho promove uma reflexão sobre as relações de gênero no contexto da agroecologia, busca compreender as diferentes configurações de tomada de decisão pelas mulheres em relação à gestão da biodiversidade agrícola, sua relação com o trabalho de cuidados na família, as repercussões sobre os hábitos alimentares, as dietas e a saúde. Realizamos um levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e entrevistas com o poder público e agricultoras. Enxergamos o protagonismo das mulheres nos cuidados com a agrodiversidade, especialmente com atividades relacionadas à proteção de sementes crioulas, ervas medicinais e o desenvolvimento de práticas agroecológicas aplicadas ao solo, com protagonismo na discussão sobre soberania alimentar. Para finalizar, reforçamos que uma experiência em agroecologia não pode ser dissociada de uma leitura de gênero por isso, é indispensável garantir direitos individuais e assumir a igualdade entre os agricultores e agricultoras.

Palavras-chave: agroecologia, segurança alimentar e nutricional, mulheres agricultoras, agrodiversidade

INTRODUÇÃO

As mulheres são guardiãs de conhecimentos sobre a natureza - saberes que integram um patrimônio imaterial; praticam atividades de preservação dos bens naturais a exemplo da preservação e troca de sementes, de produção e beneficiamento de alimentos, plantas e ervas medicinais. Exercem, pois, destacado papel na produção de alimentos para o autoconsumo e atuam, principalmente, no preparo de alimentos e de cuidados da saúde das suas famílias (SILIPRANDI: 2009).

Os conhecimentos das agricultoras, e seu envolvimento na produção e beneficiamento de alimentos, repercutem na dieta alimentar à medida que manejam uma grande variedade de produtos vegetais, e são responsáveis pela criação de pequenos animais destinados ao provimento das necessidades de alimentação das suas famílias. Os conhecimentos que detêm também permitem que manejem plantas e ervas medicinais, usadas para cuidar dos agravos de saúde das suas famílias. Conforme registra a literatura, em processos de transição agroecológica elas demonstram maior adesão à conversão dos sistemas produtivos e, exercem papel importante no convencimento dos demais membros das unidades produtivas e da sua vizinhança para abandonar práticas que degradam os bens comuns, especialmente o solo e a água (NEIRA, MONTIE: 2014)

Como boa parte das atividades que exercem são desenvolvidas no espaço dos quintais, seu trabalho é considerado uma extensão do trabalho doméstico e, por isso, representado como parte do trabalho reprodutivo das famílias. A maior parte das atividades que realizam estão fora dos circuitos monetários e, apesar de serem decisivas para garantir a reprodução social do campesinato, o tipo de inserção econômica das mulheres, marcadamente fora da ação dos mercados, leva, frequentemente, à desvalorização do trabalho que realizam.

Desigualdade que é reforçada no contexto de produção de alimentos padronizados, ultraprocessados e de baixo valor nutritivo, que resultam da chamada modernização conservadora da agricultura, que levou à



perda da autonomia dos agricultores familiares sobre os seus processos produtivos, e a uma forte pressão sobre suas terras e territórios, além de ter sido responsável pela migração e contínua precarização das relações de trabalho assalariado no campo.

Políticas públicas e intervenções governamentais para a agricultura promoveram um considerável aumento da produção agrícola nos chamados países em desenvolvimento, mas esse desempenho não resolveu completamente o problema da fome. O aumento do consumo de alimentos, por sua vez, não representou melhoria significativa da qualidade nutricional e da condição de saúde da população envolvida; da mesma forma são preocupantes o mau uso e a degradação dos recursos naturais. Faltam intervenções sensíveis na área da nutrição, políticas ecologicamente sustentáveis, bem como reconhecimento dos saberes e práticas de gestão da diversidade de culturas alimentares das populações locais e, em especial, das mulheres. Apesar da atuação e competência das mulheres nas atividades de reprodução social, cuidados com a população, nutrição e saúde, é notável que estas ainda não alcançaram o poder de decisão na família sobre práticas agrícolas e gestão ambiental.

Ao comparar os dados relativos ao déficit de peso por sexo, podemos constatar que o problema se concentra na população feminina¹ relevando a relação com as desigualdades de poder no interior da família, reflexões que já estão presentes no país, a partir de pesquisas antropológicas desde os anos 70, que indicam a manutenção da ração calórica do pai, em função do reconhecimento social do seu papel na produção de bens econômicos e de renda WOORTMANN, GROSS (1971).

Novos problemas emergiram com a ampliação de consumo de alimentos da população brasileira nos anos 2000, especialmente no campo da saúde, devido à má alimentação, à baixa qualidade dos alimentos e à transformação dos hábitos culinários da população brasileira². Ganham expressão três problemas associados: o aumento da população com excesso de peso, a obesidade, e o aparecimento de doenças crônicas relacionadas à má alimentação. Estes problemas também se acentuam com as desigualdades de gênero. As mulheres figuram com alto percentual entre os extratos (PNS: 2013). Quando mensuramos a população com ao menos uma doença crônica em consequência da má alimentação, constata-se que 39,3% da população se encontra nessa condição e se comparamos a proporção entre homens e mulheres, verificamos uma concentração maior entre as mulheres. Na região Nordeste do Brasil essa diferença ainda é maior.³

¹ Entre a população feminina este problema se expressa em percentual equivalente a 3,6% e entre os homens a 1,8% (IBGE: 2010). Desigualdades de gênero na pobreza já foi objeto de importantes debates (SEN, 1993).

² Estas desigualdades se associam às regionais e aquelas existentes entre os espaços urbanos e rurais. O percentual de domicílios nas regiões Norte e Nordeste com acesso a rede de esgoto é inferior à região Sul e Sudeste. de 57,1% e 61,1%, respectivamente, comparado com 83,5% e 90,8% no Sul e Sudeste. Enquanto apenas 55,9% dos domicílios na região Norte têm acesso à rede de água encanada, a situação é significativamente melhor nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste – 86,5%, 91,1% e 79,9%, respectivamente. Nas áreas rurais, 2/3 terços da população continuam sem acesso a esses serviços enquanto que em áreas urbana, 93,4% têm acesso à água encanada e 83,8% contam com rede de esgoto (PNS: 2013).

³ Quanto aos hábitos de consumo a situação é paradoxal, já que os dados Da POF/ IBGE para dois períodos distintos (2002/2003 e 2008/2009) indicam que a aquisição alimentar per capita anual de produtos selecionados segundo classes de renda, se diversificou entre os mais pobres (pessoas com até 1 salário mínimo) e que este grupo, consome em proporções semelhantes a classe de renda mais alta, mas a sua



Entende-se, pois, que é necessário realizar atividades de pesquisa, para aprofundar o conhecimento sobre os problemas mencionados e desenvolver ações de extensão e de ensino para alargar reflexões nessa área, e facilitar processos que possam contribuir em intervenções do Estado e da sociedade civil, tanto para fortalecer capacidades das mulheres na gestão da agrobiodiversidade o seu papel na produção e beneficiamento de alimentos, como também, para promover melhorias na saúde nutricional de toda a população.

Este artigo resulta das impressões provenientes da primeira etapa do trabalho de campo no território do Agreste Meridional de Pernambuco, que é objeto de investigação da pesquisa *Segurança Alimentar, Agroecologia e Gênero: Uma contribuição ao debate de políticas para uma dieta saudável e agricultura sustentável* pesquisa que conta com o apoio do CNPq (Processo CNPq nº 443247/2016-1).

A referida pesquisa pretende promover uma análise das relações de gênero no contexto da agroecologia com foco nas relações entre conhecimento e uso dos bens comuns para a alimentação e cuidado dos membros da família e do meio ambiente e suas repercussões na nutrição e saúde, além de fortalecer iniciativas das organizações de mulheres rurais sobre agroecologia e dietas saudáveis por meio de ações de extensão tecnológica e inovação, além de facilitar reflexões e orientações sobre agroecologia e sua relação com dietas saudáveis para agentes públicos que atuam na implementação da política de segurança alimentar e nutricional.

METODOLOGIA

A pesquisa envolve parcerias com outras instituições de pesquisa do país e estrangeiras e conta com a participação ativa da sociedade civil, no caso do território do Agreste Meridional, com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – o MMTR-NE⁴, um movimento com maior presença em três territórios do estado: Sertão Central, Sertão do Pajeú e Agreste Meridional.

Na primeira fase da pesquisa de campo foram realizadas 4 entrevistas com o poder público: Secretaria de Saúde, Educação e Agricultura e, Instituto Agrônomo de Pernambuco, o IPA. Além da coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

dieta não foi acompanhada de uma melhoria na qualidade do consumo (menos de 15 salários mínimos) uma importante diversidade de alimentos. O PNDS (2009) em análise do período relativo a 2006-2007 revela que o consumo diário está muito abaixo do recomendado. O consumo elevado de alimentos ricos em açúcares, sal e gordura na população brasileira é reflexo do aumento preocupante no consumo de alimentos e bebidas industrializados e ultraprocessados. Observa-se, também, uma forte tendência no Brasil no aumento da alimentação fora do domicílio, bem como das despesas com alimentação fora de casa entre 2002/2003 a 2008/2009.

⁴O MMTR-Ne foi fundado em João Pessoa em 1987 participaram mulheres de sete estados nordestinos, na origem resulta de uma articulação entre os estados da Paraíba, por meio da MMT do Brejo Paraibano e de Pernambuco pelo MMTR do Sertão Central. Na sua agenda o aumento da participação das mulheres nos sindicatos e a reivindicação pela reforma agrária, (DEERE (2004) era muito presente, mas outros temas também estavam presentes embora que com menor peso (saúde, violência etc. mas a prioridade da ação do movimento tinha como foco a ação sindical incluindo aí a democratização desses movimentos com ações voltadas para o estímulo e garantia da filiação das mulheres ao sindicato (Butto 2017).



Dentre as agricultoras entrevistamos 7 mulheres das quais 4 integram o Grupo Flor de Açucena, numa única propriedade do casal Dona Maria e suas três filhas (Joseana, Maria Luiza e Jadna), e também o Sr. José Vieira. Este artigo tomará como referência esta experiência. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e novembro de 2018.

CONTEXTO DA PESQUISA

O palco desta pesquisa é o Agreste do Estado de Pernambuco que é uma área geográfica de transição entre o semiárido (com predominância de vegetação de Caatinga) e a Zona da Mata (constituída de Mata Atlântica). Em algumas áreas registram-se estiagens e secas sazonais, as chuvas são irregulares e os rios temporários. Há um relevo acidentado especialmente na região denominada Planalto da Borborema. A estrutura fundiária é marcada pela presença de pequenas e médias propriedades, com predominância da policultura e da pecuária extensiva. (Andrade, 2005)

Área é de 13.153 km² e é constituído por 20 municípios: Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Pedra, Venturosa, Angelim, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Ibirajuba, Manari, Paratama, Saloá, São Bento do Una, Terezinha e Tupanatinga. De acordo com informações do IBGE (2010) 42,7% vive na área rural⁵. com presença da agricultura familiar e patronal, além de famílias assentadas da reforma agrária e de comunidades tradicionais: comunidades quilombolas, terras indígenas, dentre outras.

Dentre os seus municípios, Garanhuns destaca-se apresentando uma acentuada população urbana, com uma taxa de 89,1% mas outros municípios como Paratama, Manari e Caetés apresentam taxas de 79,1%, 78,9%, e 71,7% de população rural respectivamente, o que indica uma heterogeneidade no território. As áreas rurais do Agreste Meridional são reconhecidas pela presença da pecuária leiteira, mas a agricultura familiar explora principalmente o feijão e mandioca que apresentam grande relevância socioeconômica para a região.

O município de São João foi fundado em 1958 após desmembrar-se de Garanhuns mas só é oficialmente instalado em 1962⁶. Hoje conta com 21 mil 305 habitantes. Formado pela Sede (bairros: Parque Alvorada; Parque Brasília; Planalto; Centro e Liberdade) e pelos povoados Volta do Rio; Taquari e Santa Quitéria de Freixeiras. Distante 236 km da capital do estado, com acessos pelas BRs 423 e 232, via Garanhuns, está localizado na Microrregião de Garanhuns. Possui uma altitude de 716 metros acima do Nível do Mar e apresenta uma área territorial de 244,437 km². O município está situado numa região de transição entre a Mata e o Brejo

⁵ A população do Agreste Meridional segundo o Censo do IBGE 2010 equivale a 587.086 habitantes, dos quais 257.840 residem na área rural.

⁶ O município de São João, palco da reflexão aqui apresentada, teve origem com a doação de terras de herdeiros que mais tarde foram objeto de venda e constituição da Fazenda Burgos. Em 1883 a área passou a denominar-se Sítio São João e se tornou distrito da cidade de Garanhuns. Com a implantação da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco em 1887 houve um aumento da população.



Segundo dados oficiais as principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária PIB: R\$ 74 069,426 mil IBGE/2008 PIB per capita: R\$ 3 384,33 IBGE/2008 IDH: 0,593 médio PNUD/2000 (PSJ, 2020). A área média das propriedades da agricultura familiar é de 3 hectares

Há oito anos o município é afetado por uma seca, dependendo do abastecimento de carro pipa que é fornecido pelo Exército e atualmente abastece 240 famílias mensalmente. No município estão em curso a implantação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, segundo o Conselho de Desenvolvimento Rural foram implantadas 1100 cisternas em São João.

Segundo informações do IPA as principais atividades econômicas do município são a produção da mandioca, feijão e a criação de bovino de corte e de leite, além de suínos e ovinocultura. Com a estiagem de chuvas o milho não prosperou. Segundo órgãos públicos, municipais e estaduais e, o Conselho de Desenvolvimento Rural do município, a agricultura é a principal atividade econômica, mais de 80% da população sobrevive da agricultura e o principal produto comercializado é o feijão. Anteriormente, a cultura da mandioca era extremamente forte e se constituía na principal atividade econômica na região, mas nas gerações seguintes se registrou uma migração para a produção do feijão.

Na produção de mandioca também houveram perdas de variedade, ainda existe a mandioca preta, mas a cambadinha já foi extinta. Um importante sinal da mudança dos hábitos alimentares está no fechamento das casas de farinha, das 30 elencadas pela secretaria municipal, existem apenas 10 em funcionamento, atividade que contava com a presença das mulheres e hoje quase não há mandiocas "cambadinhas" na região, a produção concentra-se nas mandiocas pretas, usadas para venda da raiz para as casas de farinha.

Ao longo dos anos o feijão também perdeu a sua diversidade. Antes, era comum a produção dos feijões de leite, pretos, favita rosa, enxofre e outras variedades do feijão macassa, agora, existe uma predominância do feijão crioula (carioca), branco e preto.

Por esse motivo foi implantado um banco de sementes que busca atuar no resgate e preservação da variedade de feijões. Em São João, 20 agricultores estão inseridos no projeto da casa de sementes, entre eles, 12 são mulheres. As variedades de feijões resgatados são leite, preto bala, vermelho (conhecido localmente como crista de galo), o gordo, lagartixa, rosinha, etc.

Estimativas fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura dão conta de uma produção de feijão em 7 mil hectares de terra que resultam numa produção de aproximadamente 20 sacos por hectare. Em 2018 houve uma perda estimada de 60% da produção de feijão em função da estiagem das chuvas o que ocasionou uma mudança no custo.

A produção de mandioca é bem inferior, equivale a 3 mil e 500 hectares de área plantada. A diminuição da produção desse tubérculo está associada à introdução do arroz na dieta alimentar em substituição da mandioca e não é produzido no município. Houve também perda do milho e o consumo do cuscuz deixou de ser proveniente da agricultura familiar, passou a ser adquirido no mercado varejista, assim como o frango provocando uma diminuição do consumo da galinha caipira. Está sendo praticada a produção de frangos em sistema de integração entre empresas do setor com a agricultura familiar do município, o exemplo é a empresa Nato. Em São João, no ano de 2018, foram produzidos 8 mil e 500 cabeças de bovinos, 1 mil e 500 suínos, e entre 100 a 300 caprinos.



No período mais recente foi introduzida a produção de hortaliças, especialmente o coentro, a cebolinha, a couve e o tomate), na região caracterizada de transição (Palmeirina/Garanhuns). Nestas atividades as mulheres têm presença destacada.

Os órgãos públicos indicam como o sistema agrícola não é sustentável à medida em que existe o uso dos bens comuns d'água e que há o uso do veneno, tanto por causa de fatores econômicos (os químicos são baratos) quanto por falta da percepção das consequências do uso do agrotóxico nos plantios, em consequência das transformações que a agricultura vem sofrendo na região, nas práticas agrícolas, na alimentação e seus impactos na saúde da população, a exemplo da introdução dos refrigerantes em detrimento do consumo de frutas e de alimentos ultraprocessados tais como os salgadinhos.

O município localiza-se na região de transição. Nas áreas mais próximas da Mata Sul, há bastante água floral e nascente, mas devido à devastação das árvores e as perfurações de poços construídos pelos fazendeiros locais para exploração agrícola, em especial, para produção de tomates e hortaliças e com o crescimento acentuado do uso de agrotóxico houve um esvaziamento e poluição dos mananciais de água na região que segundo o secretário Azenaldo Paz de Lira se agrava com a escassa consciência preservacionista dos açudes, barragens e conseqüentemente da população que têm provocado a proliferação de doenças.

Segundo a presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Margarida, a única iniciativa do poder público, em parceria com organizações sociais voltada para a agroecologia, é a implantação da casa de sementes que busca resgatar as sementes da região. Apesar disso, essa iniciativa quando adotada pela agricultura familiar acaba se associando com culturas que usam agrotóxicos, revelando que em São João não existe território livre de agrotóxico e há um claro problema de sustentabilidade no modelo de agricultura em curso.

A experiência da família de Dona Maria e o grupo de mulheres Flor de Açucena

A família de Dona Maria e do Sr. José Vieira, conhecido como Seu Zuza, revelam práticas cotidianas vivenciadas no território investigado, as relações existentes entre os membros da família desde os cuidados com a terra e água, a produção e o consumo, fatores determinantes para a compreensão das temáticas abordadas na pesquisa.

Os vínculos afetivos existentes entre a unidade familiar são fortes e muito presente no cotidiano. A família é constituída por sete filhas com faixa etária que oscila entre 30 a 38 anos; o casal tem treze netos. O elo construído pela família muitas vezes ultrapassa as cercas da propriedade e formam uma rede com a vizinhança.

Oriundos de Canhotinho, em 1985, a família migrou para o município de São João. Inicialmente residiam no centro da cidade (apesar de viverem afastados do campo, trabalhavam com a agricultura). Aos poucos a família foi adquirindo a propriedade que atualmente residem, cuja área é de dois hectares e meio e após dezoito anos mudaram-se para o sítio. Ainda possuem a casa do centro da cidade que alugam e também possuem um terreno para criação de gado, em Arubeba, com área de um hectare e meio. No momento, três filhas (Maria Joseane, Maria Luiza e Jadna Isabel) e sete netos moram no mesmo sítio que o casal.



O regresso das filhas para a propriedade dos pais foi incentivado por Dona Maria, que sentia medo de morar com Seu Zuza em um lugar afastado do centro, pelos cuidados que os dois irão demandar quando ficassem idosos.

O retorno aconteceu de diferentes maneiras. A primeira a ter sua propriedade próxima a dos pais foi Joseane, mas ela sempre necessitou realizar muitas viagens em função de seu trabalho como técnica agrícola e de sua liderança com o grupo Flor de Açucena e do seu envolvimento com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Atualmente, por estar casada, divide sua produção entre o terreno da família e o que mora com seu marido, em Brejão, causando uma fragilidade na sua produção no sítio. Seus filhos, Lívia e Esdras, moram em São João e ficam sobre os cuidados dos avós e de suas tias. Luzia, ao casar foi morar em Recife, onde viveu por treze anos. Lá se sentia sozinha, pois seu marido trabalha viajando e achava o lugar violento para criar seus filhos. Um de seus filhos, sempre que visitava os avós ao regressar para casa adoecia, por querer está em São João. Por esses motivos, em 2006 ela retornou. Inicialmente dividiu casa com a mãe e aos poucos foi construindo sua casa na propriedade.

Por acompanhar o marido nas viagens, Luzia, não produz tanto. A grande contribuição dela são os conhecimentos que adquire na internet e compartilha com a família, viabilizando a inserção de novas práticas, associadas a um conhecimento adquirido externamente.

Jadna, mudou-se para a propriedade em 2014. Seu marido trabalha com vaqueja e sempre residiram em várias cidades, ela retorna para ter uma maior estabilidade para criar seus filhos e por pedido do seu filho mais velho que queria morar com os avós. No sítio, ela associa sua produção na agricultura com a comercialização de produtos no mercadinho construído em parceria com outra irmã.

O regresso das filhas, a convivência e divisão do espaço com os pais, mesmos depois de casadas, contraria, movimentos de migração comumente observados na sociedade, especialmente após o casamento em direção às famílias dos seus maridos.

Também contraria a sucessão masculina no trabalho agrícola em que pese a terceira geração não demonstrar tanto interesse de prosseguir com o trabalho no campo. Luzia, afirma que seus filhos não possuem habilidades para trabalhar com agricultura e Lívia, filha de Joseane, afirma querer trabalhar como psicóloga. O desejo de Lívia é visto como ato de rebeldia pela mãe, apenas uma fase.

A propriedade é dividida entre os membros da unidade familiar, por eles denominado como uma espécie de condomínio familiar em que cada integrante tem seu espaço de produção, o que possibilita uma grande variedade de produtos encontrados, que vai desde plantas ornamentais, às hortas e o roçado. Ainda possuem criação de animais e um mercadinho.

Por vezes o espaço é motivo de conflitos na família, as mulheres estão mais vinculadas à agricultura e criação de pequenos animais e os homens à criação de animais de grande porte.

Algumas vezes, no momento da colheita (que é realizada pelas mulheres), Seu Zuza e Dona Maria entram em atrito, já que a criação de Seu Zuza destruiu a plantação. Outro embate ocorrido na propriedade é entre Jadna e seu marido, o capim por ele plantado que é utilizado para alimentação dos animais, estava por sucumbir o cultivo de Jadna, após conversas ele recuou na produção e ela assegurou seu espaço.



Esses conflitos ilustram como a divisão das atividades e dos espaços permitem uma reflexão das relações de gênero existentes na família. A percepção do que é visto como trabalho e noção da realização das tarefas, também permeia esta temática. Como exemplo, para o plantio, a decisão do que vai ser plantado é realizada com muito diálogo entre a família, mas a responsabilidade de plantar é atribuída ao patriarca da família, os outros componentes (filhas e netos) apenas “ajudam”; outro exemplo é a relação com sementes, em que a responsabilidade do armazenamento também está atribuída ao Seu Zuza, mas na prática cotidiana, Dona Maria é quem cuida das sementes.

A dificuldade ocasionada no acesso à água pelo semiárido da região repercute no dia a dia. Na época de seca a água era disponível em quantidade limitada. Para abastecer a casa, vários desafios se impunham: era necessário acordar às três horas da manhã e ir aos centros de distribuição municipal. A água era utilizada para o preparo de comida e para a criação de animais. Para lavar roupa, as filhas e a neta de Dona Maria usavam um açude próximo da propriedade após atravessar uma serra, pela caatinga e muitas vezes correr das vacas.

Após dez anos residindo na atual propriedade e enfrentando as adversidades ocasionadas pela falta de água, em 2013 construíram um poço com financiamento do PRONAF Semiárido, quitado 5 anos depois. Avaliam que o custo foi elevado, na época não era algo comum se realizar esse investimento na região, mas asseguram que apesar da água não ser tratada a saúde da família melhorou. Apesar de hoje possuírem água, nem sempre se pode produzir o que desejam devido ao custo de energia que é demandado, a exemplo da produção de melancias.

Utilizam uma técnica de gotejamento descoberta e adaptada por Luiza, mas tal recurso não se aplica a todas as plantas porque faltam garrafas para expandir o modo de irrigar, restringindo-se apenas à horta tal método. Consiste em colocar uma garrafa de vidro com água enfiada na terra para irrigar, as garrafas são recicladas, adquiridas tanto do consumo de suas casas quanto da vizinhança.

Antigos hábitos realizados, tal como utilizar veneno, foram abandonados. Esses temas foram motivos de conflitos e diálogos na família e hoje são substituídos pela aplicação de compostagem de folhas e utilização de estrume. Para o controle de pragas, são elaboradas o que a família chama de algumas caldas - espécie de veneno orgânico produzido manualmente, mas a rotina das pessoas não tem possibilitado a elaboração de tal produto e, por isso, algumas frutas não se desenvolvem adequadamente ficando com qualidade inferior aos produtos livres de pragas. Também desejam implantar a experiência do biogás para economizar e aproveitar os insumos excedentes, abandonando o preparo da comida em fogão a lenha, ou o uso do botijão de gás pelas constantes demoras na entrega.

Há também importante prática de armazenamento de sementes de feijão e milho. Contam com estoques de feijão, quatro variedades foram armazenadas: pau, preto, rosinha e bico de ouro, além de um único tipo de milho. A quantidade de sementes armazenadas difere das que são plantadas na propriedade, atualmente são cultivadas apenas dois tipos de feijão: o preto e o mulato. Anteriormente, para guardar as sementes, utilizavam veneno, há cerca de cinco anos, utilizam garrafas pet para o armazenamento. Às vezes ganham algumas sementes, mas não participam de nenhum banco de sementes e a prática da troca não é uma tradição na família.



A preservação das sementes, está fortemente associada à figura de Dona Maria e não é evidente o envolvimento das filhas.

As transformações nos cultivos também se fazem sentir nos hábitos alimentares que se agravam com problemas de saúde e estratégias para diminuição do trabalho doméstico, tal como a prática de fazer cuscuz ou o preparo da buchada praticada apenas em ocasiões de visitas familiares. Além disso há duas décadas o arroz foi introduzido na dieta alimentar em substituição à farinha de mandioca.

Essas transformações foram se refletindo no aparecimento de doenças crônicas e geraram impactos na dieta alimentar da família. O aumento do colesterol e o aparecimento da hipertensão em Dona Maria provocou uma mobilização das filhas no cuidado da saúde da matriarca. Os cuidados tiveram início com a alimentação, a exemplo da substituição do pão pela tapioca, e prosseguiram com a constituição de uma rede de cuidados envolvendo a alimentação de todos na família, a partir dos conhecimentos incorporados à prática cotidiana introduzidos pelas filhas Luzia e Jadna. Outro exemplo foi o uso do suco para diminuir o colesterol e do chá para depressão, preparado com plantas e frutos do próprio sítio que foram se propagando na família, na vizinhança e no grupo de caminhadas matutinas na comunidade, acionando uma rede de apoio mútuo entre as mulheres da família e da vizinhança. É nesse contexto de ajuda mútua que surge a iniciativa de Joseana de promover um processo auto-organizativo de mulheres na comunidade.

O grupo Flor de Açucena: o feminismo e a agroecologia

O grupo teve início em 2013 a partir das dificuldades financeiras de 32 mulheres que decidem beneficiamentos de produtos para comercialização. No mesmo ano, a partir das reuniões realizadas pelo grupo na associação de mulheres, também surgiu a demanda de criação da associação de mulheres vaqueiras. A vaquejada é um ofício predominantemente masculino e essa iniciativa por parte das mulheres demonstra uma ruptura com esses padrões. O grupo produz licor, doces e artesanato em tecido. Na formação desses grupos, foi essencial o vínculo inicial das lideranças dos grupos associados a lideranças na igreja católica. No Flor de Açucena, Joseane se utilizava da sua liderança como pastoral da juventude para conversar e reunir as mulheres, Lúcia fazia suas conversas no término dos terços.

Em 2015, Joseane teve contato com o MMTR e a partir desse contato o grupo e todas as mulheres inseridas, se integraram ao movimento, no mesmo ano o grupo conquistou mais visibilidade e foi inserido no núcleo de agroecologia da UAG, por meio do MMTR.

Com o passar dos anos, a falta de incentivos e as dificuldades foram desmobilizando o grupo que hoje se encontra fragilizado. Procuraram ajuda da prefeitura de São João, do IPA, da vereadora e do Banco, mas dificuldades como transporte acabam não viabilizando a participação nas feiras.

Essa experiência de auto-organização das mulheres está associada a uma outra experiência de maior abrangência e anterioridade histórica, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. O MMTR-NE foi fundado na década de 1980 no Sertão Central e trazido por meio de uma de suas lideranças, Lúcia, para a região do Agreste. O movimento tem grande importância no incentivo do Flor de Açucena e na vida de tantas outras mulheres da região. O grupo, que tem como foco a criação de uma consciência e organização política por meio do empoderamento das mulheres, deu seus frutos ao ver várias mulheres por sua influência



ocuparem cargos de presidência em associações e sindicatos. Apesar de conquistarem cada vez mais espaços, as mulheres ainda enfrentam dificuldades a exemplo do machismo existente no movimento sindical e em órgãos públicos.

A transição para a agroecologia foi adentrando na experiência a partir da inserção do grupo das atividades de formação do MMTR-Ne e no envolvimento que foram construindo com o Núcleo de Agroecologia da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG). Atualmente, o Flor de Açucena enfrenta dificuldades na participação na rede, pois não conseguem atender as demandas exigidas e se sentem em desvantagem em relação aos grupos de comercialização de outros municípios, pois esses grupos possuem financiamento.

Vários desafios se impõem na experiência agroecológica do grupo Flor de Açucena, mas é inegável o aumento da consciência da necessidade de uma agricultura sustentável, a exemplo das tensões familiares vivenciadas na produção da melancia envolvendo o Seu Zuza e Joseane, pois inicialmente não entraram em acordo sobre quais práticas seriam adotadas (uso ou não de agrotóxicos).

Esta experiência indica como os processos de transição agroecológica e das experiências de comercialização seguem acompanhadas de importantes transformações nas relações de gênero, seja pelas referidas tensões nos modelos produtivos adotados e sua relação com a autonomia gerada pela incidência das mulheres nesse processo, sejam pelas alternativas gestadas pelas mulheres para gerar renda e garantir o sustento das suas famílias, a exemplo da participação na feira com a venda de salada de frutas, bolo de macaxeira, cocada, após o desemprego do marido de uma das filhas de Dona Maria.

Processos de construção de autonomia que se abrem mas que também apresentam limites como as dificuldades de prosseguir participando nas experiências de comercialização devido às dificuldades de locomoção.

CONCLUSÃO

As mulheres não possuem autonomia nos sistemas produtivos em que estão envolvidas e as políticas públicas existentes parecem não reconhecer essa condição, a exemplo do Projeto Dom Hélder Câmara ou, das ações de assistência técnica e extensão rural ou, do financiamento da agricultura familiar, já que orientações nesses programas para a execução dessas políticas públicas indicam um papel determinante dos mediadores locais na sua implementação.

As singularidades presentes na família de Dona Maria e Seu Zuza e as relações estabelecidas com a vizinhança, grupo de produção e movimento de mulheres, ilustram um campo instigante que permite análise em distintas dimensões, como por exemplo, como se concretiza a junção de conhecimento e a prática, os processos de migração ocorrido na família, a forma como é dividido o trabalho e como as relações de gênero influenciam e, a maneira que as gerações se constituem

Diante de todos esses desdobramentos, compreende-se o papel da unidade familiar para compreensão do modelo de produção agroecológico, a forma como isso interfere na segurança alimentar além de suas repercussões nas relações de gênero e até mesmo na formação de entidades sociais.



Também a importância de experiências auto-organizativas de mulheres rurais e, em particular, a articulação com as frentes de lutas das mulheres rurais pela agroecologia em resistência ao modelo do agronegócio, seja nas disputas pelo acesso à terra, no uso do solo, das sementes, dos comuns.

Novas demandas e temáticas surgem no próprio campo da agricultura familiar a exemplo da invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, relações de poder na propriedade e tomadas de decisão.

A agroecologia e o feminismo vão se adensando como parte da desconstrução das categorias de dominação, de reencanto e reconstrução de uma outra visão, baseada na igualdade e na solidariedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª Ed. São Paulo, Cortez. 2005.

IBGE. Censo Populacional 2010. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/ acesso em 18.10.2016

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/ acesso em 16.10.2016

NEIRA, D. P. MONTIE, M.S. Alimentación, agroecología y feminismo: superando los tres sesgos de la mirada occidental. In: *Gênero, agroecologia y soberania alimentaria: perspectivas ecofeministas*. Emma Siliprandi y Gloria Patricia Zuluaga (org.), Barcelona, 2014.

PMSJ. Dados do Município. Disponível em <https://saojoao.pe.gov.br/dados-gerais-do-municipio/> acesso em 13 de fev 2019

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de doutorado: Desenvolvimento sustentável. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2009.

WOORTMANN, K.A.A.W. *Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda*, 1975.

MDA. Relatório Analítico. Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra002.pdf> acesso em 21 de abril de 2020